

**EDcl no AgRg nos EDcl no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.411.532 - SP
(2018/0324277-8)**

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
EMBARGANTE : NELSON LEITE FILHO
ADVOGADO : NELSON LEITE FILHO (EM CAUSA PRÓPRIA) - SP041608
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. TESE DO AGRADO REGIMENTAL ENFRENTADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Conforme estabelece o art. 619 do Código de Processo Penal – CPP, os embargos de declaração são cabíveis nas hipóteses de correção de omissão, obscuridade, ambiguidade ou contrariedade do decisor embargado. Na espécie, o acórdão embargado não ostenta nenhum dos aludidos vícios.

2. Não há falar em omissão do julgado, porquanto foi enfrentado o tema trazido no agrado regimental (afastamento da Súmula n. 182 do Superior Tribunal de Justiça – STJ).

3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos.

Os Srs. Ministros Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE), Jorge Mussi e Reynaldo Soares da Fonseca votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Ribeiro Dantas.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 21 de novembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator